

1

Definição do Problema

Este capítulo apresenta a descrição do problema de pesquisa da presente dissertação, a qual focaliza as dificuldades organizacionais para a implementação de políticas de propriedade intelectual em uma instituição de ensino superior privada brasileira.

1.1

Introdução

O Brasil está inserido em um processo de globalização e dinamismo dos mercados, no qual a inovação tecnológica é um dos caminhos para o desenvolvimento sustentável da nação.

As Instituições de Ensino Superior (IES) têm um papel fundamental no desenvolvimento e disseminação do conhecimento que leva à inovação no país. Porém, vários fatores que dificultam este papel podem ser considerados, entre os quais se ressalta a grande velocidade das mudanças da tecnologia e, também, a redução contínua de investimento, na medida em que o país enfrenta outros desafios econômicos, como a necessidade de lidar com a dívida pública e a dívida social.

As IES são direcionadas a interagir, constantemente, com vários órgãos governamentais e privados, por meio de parcerias que visam ao desenvolvimento de projetos de pesquisas aplicadas às necessidades do setor produtivo e, conseqüentemente, da sociedade civil.

A necessidade de se fomentar parcerias com diferentes interlocutores – tais como a indústria, agências de fomento e órgãos governamentais nacionais ou internacionais – amplia a capacidade de contribuição das IES para o avanço tecnológico do país, no âmbito da globalização e na busca por inovações resultantes das pesquisas realizadas em parceria com a indústria.

A inovação é um dos fios condutores para a transferência de tecnologia das instituições de ensino e pesquisa. Pode-se ressaltar que estas instituições que

participam de todo o processo de geração do conhecimento, em sua grande maioria não se beneficiam do retorno econômico-financeiro e social.

A temática da propriedade intelectual (PI) e da comercialização de tecnologia está em desenvolvimento, acontecendo ainda, porém, de forma embrionária em grande parte das instituições de ensino superior brasileiras, sejam elas públicas ou privadas.

A universidade é naturalmente produtora de conhecimento e formadora de competências para a sociedade. Espera-se que ela saiba efetuar, de modo efetivo, a gestão desse conhecimento. Na prática verifica-se, porém, a necessidade de desenvolver esforços que orientem mudanças e propiciem inserção de políticas de propriedade intelectual que contribuam para disseminação e sensibilização de toda comunidade acadêmica para esse tema, fortalecendo, assim, a cultura da PI na instituição.

Neste contexto, desencadeia-se um falso paradoxo entre proteção e disseminação do conhecimento. Pois, para que este conhecimento seja resguardado deve-se ter a inserção de uma cadeia de procedimentos que venha a proteger os bens intelectuais passíveis de comercialização, com vistas à geração de retorno econômico-financeiro e social, para assegurar que o próprio desenvolvimento dessas pesquisas seja, cada vez mais, crescente e sustentável.

Paralelamente a este contexto, os pesquisadores têm sua produção acadêmica avaliada basicamente por suas publicações. Assim sendo, surge uma questão crítica que remete a pensamentos conflitantes em relação à propriedade e titularidade dos bens intelectuais desenvolvidos no ambiente acadêmico, bem como a preocupação relacionada a requisitos que devem ser seguidos para que o capital intelectual da instituição possa ser uma das possibilidades de rentabilidade das IES.

Para o desenvolvimento das pesquisas são necessários aportes financeiros para sua execução. Como estes aportes, muitas das vezes, são oriundos de diferentes agências de fomentos e órgãos financiadores públicos ou privados, tornam-se ainda mais complexas questões acerca da propriedade e titularidade dos bens intelectuais gerados no ambiente acadêmico.

Em contrapartida, este crescimento propicia, também, a projeção da imagem da universidade como uma instituição de ensino, pesquisa e

desenvolvimento e inovação (P,D&I), reforçando, assim, sua tradição no ensino e sua projeção no mercado global.

A falta de uma cultura sobre PI e transferência de tecnologia cria entraves passíveis de inviabilizar que os esforços realizados pelos pesquisadores contribuam para a proteção e a transferência do conhecimento gerado nas universidades, em benefício da sociedade.

Além da formação de recursos humanos – missão maior dessas instituições de ensino superior – a pesquisa e o desenvolvimento podem contribuir, e muito, para a disseminação do conhecimento gerado através da publicação dos resultados das pesquisas básicas e aplicadas, com vistas ao desenvolvimento tecnológico e à competitividade da nação.

Algumas universidades privadas desenvolvem suas pesquisas e geram conhecimento que, muitas vezes, são originados em ações inoculadas nos contatos pessoais de alguns pesquisadores possuidores de atitudes empreendedoras.

Com vistas a apoiar a sustentabilidade da pesquisa e a propagação da imagem da instituição como catalisadora da transferência de bens intelectuais desenvolvidos, pode ser incrementada a inserção de políticas internas que garantam a continuidade e propagação das pesquisas e sua comercialização, por meio de parcerias com o setor produtivo, criando um ambiente favorável ao incremento dessas atividades.

Desta forma, as instituições de ensino superior poderão contribuir para que o crescimento da indústria seja alavancado pela tecnologia em conjunto com os demais insumos disponíveis na cadeia produtiva.

A nova Lei da Inovação, aprovada em dezembro de 2004, vem minimizar alguns destes obstáculos, principalmente nas universidades e institutos de pesquisa públicos.

Apesar de o Brasil ser signatário de leis que regulam a propriedade de bens intelectuais desde o século XIX, os entraves na elaboração de leis e mecanismos que viabilizem a proteção e comercialização dos bens intelectuais, nas instituições de ensino e pesquisa e no mercado brasileiro, são traduzidos na 42ª colocação do Brasil no item inovação tecnológica, conforme levantamento sobre competitividade realizado pelo Fórum Econômico Mundial¹. Com esta colocação

¹Revista Amanhã - Edição 205 - Novembro/2004 - http://www.amanha.terra.com.br/edicoes/205/capa_print.asp - Acesso em 03/12/04.

o Brasil fica atrás de nações emergentes como China, Índia, África do Sul e Cingapura.

O avanço científico e tecnológico de um país, sua projeção e competitividade no mercado global, estão diretamente relacionados à sua capacidade produtiva e, principalmente, ao seu processo de inovação.

Aliado à crescente importância da temática da gestão da propriedade intelectual, às dificuldades de inserção de mecanismos de PI nas IES e ao estreitamento do hiato entre universidades e institutos de pesquisa e as indústrias, há o fato de que várias instituições vêm se unindo e agindo como facilitadores, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento tecnológico de nosso país.

Para ilustrar a importância do tema, atualmente, no Rio de Janeiro, a REDETEC – Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro direciona suas ações para estimular e integrar instituições associadas com as indústrias do Estado. Com vistas a facilitar ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico das empresas, a REDETEC direciona seus esforços para formação de Redes Temáticas, que são constituídas por especialistas de instituições associadas a estas redes.

Uma delas é a REPICT – Rede de Propriedade Intelectual e Comercialização de Tecnologia do Rio de Janeiro. A REPICT conduz seus esforços para concepção e inserção de estratégias visando à disseminação da cultura de propriedade intelectual e da prática da comercialização de tecnologia, conforme se verifica em sua missão, a saber:

“Promover a disseminação da cultura da propriedade intelectual e apoiar a formulação de políticas e a implementação de ações estratégicas destinadas à proteção, valoração e comercialização do conhecimento gerado em universidades, centros de pesquisa, instituições tecnológicas e empresas”.²

O presente estudo está pautado no esforço de identificar os requisitos organizacionais necessários para o desenvolvimento de uma política de gestão da propriedade intelectual em instituições privadas de ensino superior brasileiras, mais especificamente a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que será o foco dessa pesquisa.

² Fonte: Site Repict - www.redetec.org.br - Acesso em Novembro/2004.

Enfim, várias questões devem ser balizadas para que procedimentos e políticas sejam inseridos, de forma a resguardar relações de parcerias, internas e externas e, aprofundar a projeção da instituição e sua excelência nos mercados nacional e internacional.

1.2

Objetivos Final e Intermediário

O objetivo deste trabalho é o de identificar requisitos organizacionais a serem considerados no desenvolvimento de uma política de Gestão de Propriedade Intelectual em uma instituição de ensino superior privada brasileira.

Entendem-se, neste estudo, como requisitos organizacionais aspectos gerenciais que devem ser observados na construção da política de PI, face às características da instituição, em termos de dimensões variadas, tais como: a cultura; a estrutura; os processos de produção de conhecimento; as práticas de gestão de pessoas; a dinâmica de interações entre departamentos.

O foco da pesquisa desenvolvida foi o caso da PUC-Rio, uma das universidades privadas brasileiras que mais preza pela manutenção de sua tradição no ensino, extensão, pesquisa e desenvolvimento e inovação.

Para o alcance deste objetivo principal, verificou-se, portanto, a necessidade de definir outros objetivos intermediários, a saber:

- Verificar quais são os atores envolvidos na produção de conhecimento no contexto universitário;
- Verificar as políticas, normas internas e externas à instituição que regulam a atividade de pesquisa e, particularmente, no que tange ao tratamento das questões de Propriedade Intelectual;
- Identificar como os diferentes atores envolvidos com a atividade de pesquisa vêem a questão da PI;
- Analisar as dificuldades detectadas e os aspectos organizacionais que precisam ser gerenciados de forma mais efetiva, para a construção de uma política de PI.

1.3

Delimitação do Estudo

A pesquisa desenvolvida ficou restrita à PUC-Rio, uma das mais importantes e mais tradicionais universidades privadas brasileiras, em termos de sua dedicação às pesquisas científicas e tecnológicas.

Não se levou em conta uma visão evolutiva em termos temporais, mantendo-se o foco do estudo nas condições verificadas, no período de 2005 a 2006, da organização analisada que têm impacto sobre a política de propriedade intelectual.

Não é analisada a dinâmica envolvida nas práticas de pesquisa em cada departamento da universidade, a qual poderia revelar especificidades que transpõem o foco de interesse deste estudo.

Também não são realizadas avaliações sobre o modelo de gestão da Universidade. O foco se restringe à identificação das bases e das dificuldades para implementação de uma política de propriedade intelectual unificada, no âmbito de toda a instituição.

1.4

Relevância do Estudo

A relevância deste estudo está na necessidade da implementação de políticas de propriedade intelectual, no contexto universitário, com vistas a respaldar e promover novas interações e assegurar aos gestores de conhecimento que os bens intelectuais desenvolvidos, através de pesquisas básicas e aplicadas, possam ser protegidos, valorados e comercializados contribuindo, assim, para a auto sustentabilidade das IES.

Verifica-se, no caso da PUC-Rio, a necessidade de inserção dessas políticas de forma institucionalizada para que permeiem toda universidade.

A inserção da cultura de PI e sua operacionalização na instituição em questão devem ser realizadas de forma a minimizar os traumas que comumente ocorrem em processos de mudança, independentemente de sua origem.

Através das dificuldades identificadas, no estudo em questão, faz-se necessário que os resultados sejam propagados, com vistas a contribuir para que o

conhecimento adquirido por meio desta pesquisa seja disseminado através de parcerias com outras universidades privadas do território nacional.

A criação de mecanismos que viabilizem a comercialização dos bens intelectuais, de modo a auferir benefícios sociais e econômico-financeiros, eleva o grau de relevância da pesquisa num momento em que os recursos direcionados para P&D e Inovação têm sido contingenciados, o que se traduz em redução de recursos para as IES.

Este estudo pretende dar subsídios para que os aspectos que, eventualmente venham a dificultar a implementação de tais políticas, possam ser identificados, mapeados e contextualizados, contribuindo de forma a agregar subsídios a estudos possivelmente existentes, no momento em que o processo de absorção da cultura de PI seja instaurado mais intensamente, com todas as suas nuances na PUC-Rio.

A presente pesquisa poderá ser utilizada como base para futuros estudos direcionados para outras instituições de ensino superior privadas ou públicas que utilizem em uma de suas vertentes a Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação, através das pesquisas realizadas nas IES.

1.5

Estrutura da Dissertação

A presente pesquisa ressalta aspectos relacionados à gestão da propriedade intelectual, bem como, as dificuldades da inserção das políticas de PI no contexto universitário.

A dissertação está estruturada em sete capítulos. Além desta Introdução, onde se verifica a contextualização do tema, seus objetivos, a delimitação e relevância do estudo em questão e, finalmente, como o trabalho foi estruturado.

O Capítulo 2 é relativo à Dinâmica das Universidades, subdividido em temas centrais, tais como, gestão universitária, universidade como organização e cultura organizacional nas universidades.

No capítulo 3, pode-se verificar a questão do conhecimento e propriedade intelectual nas universidades, permeado pela temática da gestão do conhecimento e gestão da propriedade intelectual e suas nuances.

A Metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa é abordada no Capítulo 4, cabendo ao Capítulo 5 a apresentação dos resultados do estudo. Por fim, as Conclusões e Recomendações para possíveis trabalhos, são apresentadas no Capítulo 6.